



CLIPPING INTERNET
03/08/2019 ATÉ 03/08/2019



INDÍCE

1	DECISÕES	
	1.1 BLOG DANIEL MATOS.....	1
	1.2 BLOG DOMINGOS COSTA.....	2
	1.3 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	3
2	INSTITUCIONAL	
	2.1 BLOG DO NETO FERREIRA	4
3	PROCESSO SELETIVO	
	3.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	5

Somente após denúncia do deputado Wellington, Flávio Dino autoriza cirurgia de criança de 18 dias com cardiopatia

Após denúncia e solicitação do deputado estadual Wellington do Curso, o bebê maranhense João Neto, de apenas 18 dias, foi transferido para o estado do Pernambuco, onde deverá receber tratamento adequado em um hospital de referência. A transferência só aconteceu após denúncia do deputado Wellington, já que tanto o governador Flávio Dino quanto o prefeito Edivaldo Holanda Jr vinham descumprindo decisão judicial que obrigava a transferência imediata da criança.

Ao receber a notícia de que o pequeno João Neto seria transferido, a mãe da criança agradeceu o deputado Wellington, que reafirmou continuar na luta para garantir o acesso à saúde pelos maranhenses.

Bebê fará cirurgia no coração graças à intervenção providencial do deputado Wellington

"Recebemos a mãe da criança, que estava desesperada e, agora, recebemos também dela a notícia de que o pequeno João Neto já foi transferido e se encontra no Hospital Real Português, em Pernambuco. Hoje, nesta sexta-feira, dia 02, o João já realizou uma bateria de exames e, nas próximas horas, será submetido à cirurgia. Que Deus abençoe e proteja durante todo o tratamento. É esse o nosso principal papel: levar as solicitações da população e lutar para que sejam atendidas. Continuaremos firmes para garantir que os maranhenses tenham o pleno acesso à saúde", disse o deputado Wellington do Curso.

Assista ao vídeo:

IFrame

O post Somente após denúncia do deputado Wellington, Flávio Dino autoriza cirurgia de criança de 18 dias com cardiopatia apareceu primeiro em Daniel Matos.

Em meio a roubo a banco, SSP usa o Cosar para entrega de intimação

Em meio a sistemáticos ataques de bandidos a instituições financeiras, uma viatura do Comando de Operações de Sobrevivência em Área Rural do Maranhão (COSAR) foi designada na manhã de quarta-feira (31), para cumprir uma missão bem atípica: dar apoio a entrega de uma intimação.

O vídeo abaixo mostra simplesmente que cerca de 6 viaturas da Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (SECCOR) e do Cosar se deslocaram até o bairro Ivar Saldanha, em São Luís, para acompanhar a intimação do delegado licenciado da Polícia Civil, Ney Anderson Gaspar. Gaspar é o mesmo delegado que acusou o secretário de Segurança Pública, Jeferson Portela de mandar monitorar desembargadores e parentes.

Porem, no mesmo dia em que o aparato do Sistema de Segurança era usado para isso, a agência bancária, base da PM de Esperantinópolis e caixas eletrônicos da cidade de Caxias eram alvos de ataques de uma quadrilha especializada em assalto a banco.

<http://www.netoferreira.com.br/wp-content/uploads/2019/08/WhatsApp-Video-2019-08-01-at-11.37.25.mp4>

Açailândia: Oposição tenta criar animosidade entre judiciário e o prefeito Juscelino

A oposição ao prefeito de Açailândia, Juscelino Oliveira (PCdoB), não cansa de criar mentiras na internet usando o nome do gestor com a única intenção de criar ardor entre o Poder Judiciário.

Fabricam falsas declarações do prefeito para tentar induzir o judiciário, transformando em miúdos, colocam palavras na “boca” do gestor, que por sinal nunca foram pronunciadas pelo prefeito.

Essa mesma oposição, dissemina “Fake News” com intuito de prejudicar a administração.

O Blog do Domingos Costa buscou contato com a assessoria do prefeito para apurar sobre as últimas notícias publicadas em blogs usando o nome do prefeito Juscelino, e nos foi informado que não procede nenhuma notícia plantada, seja em blogs ou redes sociais a respeito de possível posicionamento do gestor acerca do judiciário maranhense.

Segundo a assessoria, o gestor está tranquilo e deixa bem claro que respeita toda e qualquer decisão da justiça.

Nesta sexta-feira (02) foi proliferado outro “Fake News” onde a oposição fabrica uma declaração do chefe do Executivo. “Daqui não saiu, daqui ninguém me tira”, diz a frase atribuída de forma irresponsável ao gestor, frase que segundo assessoria, nunca saiu da boca do prefeito.

No post em questão, o blogueiro desdenha do Ministério Público, dos secretários de governo e do prefeito, ignorando o papel investigativo do MP-MA, e ainda, critica e tenta desacreditar a justiça.

Na intenção de dar credibilidade às suas palavras, a publicação “fake news” tenta desmoralizar o MP e depois tenta manipular com falas fantasiosas, alegando que alguém disse que alguém disse. Abaixo o destaque ardiloso da publicação irresponsável:

“A conclusão que chego é que embora o Prefeito e seu grupo possam pensar desta forma sobre nossa justiça e nossos bravos homens de toga, tenho certeza absoluta, nossos magistrados sobre tudo, os da Comarca de Açailândia, são pessoas integras, sérias e que fizeram um juramento pra defender a verdade, a justiça e a Constituição do nosso país”.

Coisa de bandido!!!

Probabilidade de legítima defesa pode ser analisada em Habeas Corpus, diz TJ-MA

A existência de provas que sinalizem legítima defesa, com perspectivas concretas de absolvição, pode ser analisada em Habeas Corpus, sem a necessidade de aprofundamento cognitivo.

O entendimento foi aplicado pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão ao afastar a prisão de acusado de homicídio. Segundo o colegiado, reconhecida a probabilidade da legítima defesa, é impossível a manutenção da prisão preventiva.

No HC, o advogado Artur Osti afirmou ser possível reconhecer a probabilidade de legítima defesa em Habeas Corpus e, com isso, aplicar o artigo 314 do Código de Processo Penal, que impede a prisão preventiva em caso de excludente de ilicitude.

Como precedente, citou decisão de 1955 (RHC 33.050) do ministro Nelson Hungria, do Supremo Tribunal Federal, em que ele afirma que, em situações excepcionais, o HC comporta exame de provas, não cabendo prisão preventiva se ficar demonstrado que o indiciado agiu em legítima defesa.

Colegiado dividido

No TJ-MA, a questão dividiu a 2ª Câmara Criminal, prevalecendo a divergência aberta pelo desembargador José Luiz Oliveira de Almeida. Segundo ele, constatada a existência de indícios da excludente de ilicitude de legítima defesa, mostra-se indevida a decretação da prisão preventiva.

No caso, explicou, esses indícios foram extraídos da fase administrativa, ratificados por duas testemunhas, em sede de audiência de antecipação de provas.

"Desta forma, se o paciente, muito provavelmente, agiu albergado pela legítima defesa, afigura-se incoerente o fundamento da decisão impugnada, de que sua conduta reveste-se de periculosidade, a ensejar a prisão preventiva para a garantia da ordem pública, pois trata-se de situações absolutamente inconciliáveis", concluiu.

Ministério Público deve ser provocado após suposto vazamento do edital do concurso do TJ/MA

Na última quarta-feira (31), antes mesmo da publicação no Diário Eletrônico da Justiça Estadual, alguns cursinhos tiveram acesso ao edital

Polêmica à vista. O Ministério Público deverá ser provocado após um suposto vazamento do edital do concurso público do Tribunal de Justiça do Maranhão. Na última quarta-feira (31), antes mesmo da publicação no Diário Eletrônico da Justiça Estadual, alguns cursinhos tiveram acesso ao edital. O fato levantou suspeitas sobre de onde teria partido o suposto vazamento e de quão transparente se dará a realização do certame.

No dia seguinte, mais um suposto vazamento de edital organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC). O do concurso para a Câmara Municipal de Fortaleza. Diante dos seguidos fatos, alguns cursinhos estão se mobilizando para provocar o Ministério Público no intuito de averiguar se as informações foram obtidas ilicitamente ou se a FCC possui fragilidade em seus sistemas de informação.

Nem o Tribunal de Justiça do Maranhão, nem a Câmara Municipal de Fortaleza e nem a FCC se pronunciaram sobre os questionamentos levantados pelo professor Ricardo Vale, CEO do Estratégia Concursos.

A redação do Jornal Pequeno enviou pedido de informações para o TJ/MA e para a FCC, mas ainda não obteve resposta.